



A famosa cuca recheada está entre as delícias da festa

Festa colonial de Canela aposta em cardápio variado

Quem visitar a 32ª Festa Colonial de Canela, que começou na sexta-feira (17), encontrará um cardápio diversificado, que une receitas tradicionais e novidades preparadas pelas 12 tendas familiares e pelas agroindústrias participantes. Até o dia 2 de agosto, a Praça João Corrêa será palco de sabores típicos da agricultura familiar, com opções para todos os gostos. Entre os destaques estão os tradicionais pastéis de queijo, carne e frango, além de versões especiais recheadas com paçoca de pinhão, costela desfiada, filé de tilápia e porco com geleia de pimenta e abacaxi. Os valores variam de R\$ 13 (pequeno) a R\$ 20 (grande). Outro sucesso que retorna ao evento são os bolinhos de batata, aipim e batata-doce. Depois de quase 10 mil unidades comercializadas apenas no primeiro fim de semana da edição passada, eles voltam ao cardápio.

Audiovisual em Curitiba

A Fundação Cultural de Curitiba (PR) lançou na sexta-feira (17) um novo edital de fomento, desta vez voltado ao setor audiovisual. Com investimento de R\$ 905 mil do Fundo Municipal da Cultura (FMC), o recurso vai apoiar até dez projetos em três modalidades: desenvolvimento de roteiro de longa-metragem, produção de curta-metragem e atividades de cineclubes. Este é o 27º edital lançado pelo FMC em 2026. Ele está disponível no site da Fundação Cultural de Curitiba, na aba Lei de Incentivo.



Editais asseguram R\$ 5 milhões para o setor de audiovisual

Gripe aviária no Rio Grande do Sul

Foi registrado o primeiro caso de Influenza Aviária de Alto Patogenicidade (IAAP), conhecida como gripe aviária, em aves de subsistência no município de Coqueiros do Sul, na região Noroeste do Rio Grande do Sul. O laudo foi confirmado pelo Laboratório Federal de Defesa Agropecuária de Campinas (LFDA-SP) nesta sexta-feira (17). A infecção pelo vírus da gripe aviária em aves de subsistência, que são aves de fundo de quintal, não afeta a condição sanitária do Rio Grande do Sul e do país como livre de IAAP, não impactando o comércio.

Dança doze vezes campeã

O grupo de dança da Escola Municipal Governador Pedro Ivo Campos sobe ao palco do 43º Festival de Dança de Joinville (SC) na próxima quarta-feira (22), no Centreventos Cau Hansen. Os alunos buscam o 13º título da escola na categoria Danças Populares Brasileiras – Conjunto Júnior, durante a segunda noite de Mostra Competitiva. A unidade escolar do bairro Costa e Silva levará ao palco 38 integrantes.

Emergência climática

O governo gaúcho instalou um Centro Logístico Regional da Defesa Civil em Santa Maria (RS) para centralizar o recebimento e a distribuição de ajuda humanitária durante o período de alerta para temporais. A estrutura reúne alimentos, água, colchões, cobertores, geradores, caminhões-pipa, quadriciclos e telhas para atender os municípios.

Nota 6

O Restaurante Universitário do campus da Trindade da Universidade Federal de Santa Catarina ficará fechado ao público entre 20 e 31 de julho para obras de manutenção. Os trabalhos incluem revisão hidrossanitária, limpeza da caixa d'água, reparos em pisos, caixas de esgoto, ralos, central de gás, pintura, desinsetização e instalação de cerâmica.

Mutirão de empregos

A Agência do Trabalhador Itinerante de Foz do Iguaçu (PR) realizará um mutirão de empregos amanhã (21), na região de Três Lagoas, com cerca de 150 vagas. A ação ocorrerá das 8h30 ao meio-dia, na Paróquia São Pedro, em parceria com a Cáritas de Três Lagoas. Os candidatos poderão participar de entrevistas no local.

Concurso municipal

A prefeitura de Caxias do Sul (RS) confirmou para domingo (26) a aplicação das provas objetivas do concurso destinado a diversos cargos. O exame discursivo será realizado apenas para o cargo de Auditor-Fiscal. O edital definiu que a entrega de títulos para Auditor-Fiscal e Técnico em Enfermagem ocorrerá entre os dias 27 e 29 deste mês.

Plano diretor

A Justiça catrinense concedeu liminar em ação direta de inconstitucionalidade apresentada pelo Ministério Público (MPSC) e suspendeu os efeitos de artigos do decreto municipal que alterou regras do Plano Diretor de Florianópolis (SC). A decisão vale até o julgamento da ação e busca evitar danos urbanísticos à cidade e aos moradores.

Desvio de recursos

A Justiça determinou o bloqueio de bens de 23 agentes públicos de Paulo Frontin (PR) investigados pelo Ministério Público do Paraná por possível desvio de recursos entre 2017 e 2020. A medida atende a pedido da Promotoria de Justiça de Mallet em ação por improbidade administrativa que aponta prejuízo de R\$ 1,7 milhão aos cofres públicos.



Promotoria propõe solução estruturada para área ocupada há 60 anos

Plano busca resolver conflito fundiário no litoral de SC

Estratégia reúne investigação e proteção ambiental em São Francisco

O Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) apresentou um plano para iniciar a resolução de um dos mais antigos conflitos fundiários e ambientais do litoral catarinense, envolvendo os loteamentos Sayonara, Luzemar e Maresol, na Praia do Ervino, em São Francisco do Sul. A estratégia busca conciliar a regularização de imóveis, a proteção ambiental e a responsabilização dos empreendedores responsáveis pelos parcelamentos irregulares da área.

A iniciativa ocorre após a Justiça suspender o processo de Regularização Fundiária Urbana (Reurb) do chamado Núcleo Nogara, atendendo a pedido do MPSC.

A decisão interrompeu o andamento da regularização proposta pelo município e proibiu novas ligações de água, energia elétrica e esgotamento sanitário nos imóveis abrangidos, além de determinar fiscalização permanente para impedir novas ocupações.

Segundo a 3ª Promotoria de Justiça, o objetivo da nova fase não é apenas impedir novas irregularidades, mas construir uma solução gradual e juridicamente viável para uma área ocupada há quase seis décadas. O plano

prevê a divisão do território em setores com características distintas, permitindo tratamentos específicos conforme o grau de ocupação, a existência de áreas preservadas e a situação documental de cada lote.

Entre as medidas anunciadas estão a abertura de investigação criminal para apurar responsabilidades de loteadores e empresas ligadas aos empreendimentos, o levantamento patrimonial dos responsáveis, a convocação de uma mesa de negociação mediada pelo Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição (NUPIA) e a solicitação de informações ao município, concessionárias de serviços públicos, cartório de registro de imóveis e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

O Ministério Público também informou que continuará monitorando diariamente a região por meio de imagens de satélite para identificar novos desmatamentos, abertura de áreas e construções irregulares. Conforme o órgão, intervenções recentes em áreas de restinga, manguezal e Mata Atlântica não serão consideradas para eventual regularização e poderão resultar em responsabilização civil e criminal dos envolvidos.